

## Estamos indo bem, enfim...

É incrível como o Brasil mesmo entre as dez maiores economias mundiais, prossegue um país desinstitucionalizado.

Ontem reassumiu o Presidente Figueiredo. A nação inteira ficou em **suspense** quando das notícias sobre a sua saúde abalada. Voltava a ser claro quanto a abertura dependia dele, por mais que a sociedade brasileira venha-se mobilizando nos últimos tempos.

A posse do Vice, Aureliano Chaves, foi, por isto mesmo, festejada como uma grande vitória institucional, quando deveria ter sido encarada como acontecimento normal.

Pedro Lessa, grande ministro outrora do Supremo Tribunal Federal, costumava dizer que, no Brasil, existiam três poderes harmônicos e dependentes entre si: o Executivo, o Executivo e o Executivo... Afirmação tanto mais válida no Presidencialismo que, fora dos Estados Unidos, deixou de resultar na divisão tripartite de poderes.

Também entre nós o regime presidencialista significou a continuação rotativa da monarquia; conforme o entendeu muito bem o viajante e diplomata britânico Ernest Hambloch, em livro clássico e quase esquecido, **His Majesty the President**, publicado em 1934 e com tradução prevista, para breve, pela Editora da Universidade de Brasília.

Só que os monarcas, coroados ou eleitos, têm sido benignos no Brasil. Nunca tivemos tiranos como Rosas, ou outros piores.

Muito pelo contrário, o auge do Presidencialismo, captado por Afonso Arinos de Mello Franco no quadriênio Rdrigues Alves, abrangeu um período fecundo e pacífico. Até Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes, que governaram com mão-de-ferro em estado de sítio, jamais se excederam. Temiam seu próprio retorno à vida de cidadãos comuns.

Getúlio Vargas é atípico, não pode ver-se generalizado, foi único inclusive nas circunstâncias em que ascendeu ao poder em 1930, nos períodos históricos que governou, em meio a revoluções e uma guerra mundial, chegando ao limiar da industrialização brasileira e da rebelião do Terceiro Mundo. Um homem-época, mais que um homem-momento, com todas as contradições do seu tempo.

Não podemos, nem devemos, portanto, esquecer o que em todo este processo de abertura cabe ao Presidente Figueiredo, tanto quanto o da distensão coube ao seu antecessor, Presidente Geisel.

Sua Majestade o Presidente continua no centro dos acontecimentos.

Michel Debré confessa que se inspirou não só na Constituição alemã de Weimar, quanto na do Império

brasileiro, para redigir o esboço da **gaullista** de 1958. A presidência prossegue imperial na França, mesmo após a saída De Gaulle, mantendo-se de pé os poderes excepcionais num presidente, em regime híbrido semiparlamentarista.

Inclusive, se algum dia, retornar o Parlamentarismo entre nós, dificilmente ele deixará de ser também misto, um tanto à maneira francesa.

Ainda bem, enfim, que o Vice Aureliano assumiu e o Presidente Figueiredo voltou tranqüilamente. Continua intacta a unidade de comando, vital no esquema tradicional brasileiro.

Não se trata de fazer juízos de valor. Os de realidade provam e comprovam que somos assim. Contra fatos não há argumentos e a natureza não dá saltos. As modificações se sucederão com o tempo e a longo prazo estamos todos mortos, já se tornou um lugar comum repetilo.

O principal é que os poderes presidenciais continuem, e muito, contribuindo para a normalização da dilacerada democracia representativa brasileira, em troços no seu processo de adaptação a uma sociedade industrial e urbana.

Será necessário ainda muito esforço, ao longo de várias décadas, para que a democracia se estabilize, entre nós, num nível alto e novo. O que não nos deve, nem de longe, desanimar na urgência do esforço nem no reconhecimento e colaboração com seus difíceis estágios positivos, como o que ora estamos atravessando.

E democracia que se complete, ainda mais forte, de baixo para cima, pelo debate crescente, além das suas garantias e estímulos pelos presidentes dispostos a participar do processo.

Está o ano de 1981 aproximando-se do fim.

De agora, até a próxima sessão legislativa, só existirá escaramuças. Apresenta-se pouco provável uma convocação extraordinária do Congresso. A batalha recomeçará em março, quando tenderá a ressurgir a negociação, a própria essência da política.

Nem Governo nem Oposição pode decidir sozinho, de agora em diante. Vai ser longo e complicado retomar o hábito de ceder, recuar para de novo avançar cada qual na sua direção.

Mas não há democracia sem pluralismo.

Este irrompe inevitavelmente numa complexa sociedade industrial e urbana. Os soviéticos estão vendo como é difícil acomodar tantos interesses na Polônia. Fazer o pluralismo funcionar depende também de experiência. Muita experiência. Que requer aprendizado perseverante em meio a toda espécie mais de fracassos iniciais que de êxitos. Até que estamos indo bem.